

REQUERIMENTO Nº ,DE 2025**(Do Sr. Lucas Redecker)**

Requer informações à Ministra da Casa Civil Miriam Belchior acerca de políticas públicas e ações de prevenção do Governo federal para eventos climáticos extremos.

Senhor Presidente,

Baseado nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado o presente Requerimento de Informação ao Ministério da Casa Civil, para que preste esclarecimentos sobre políticas públicas e ações de prevenção do Governo federal para eventos climáticos extremos.

Com o intuito de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas de forma detalhada os seguintes questionamentos:

1. Quais ações coordenadas pelo Governo Federal estão sendo adotadas para ampliar a capacidade de monitoramento meteorológico e hidrológico diante da previsão de ocorrência do fenômeno El Niño no segundo semestre de 2026?
2. Houve reforço orçamentário, tecnológico ou operacional para órgãos responsáveis pelo monitoramento climático, especialmente INMET, CEMADEN, ANA, CENSIPAM e Defesa Civil Nacional? Em caso positivo, informar valores, cronograma e resultados esperados.
3. Quantos municípios brasileiros atualmente são cobertos por sistemas de alerta antecipado para enchentes, enxurradas, deslizamentos, secas severas e incêndios florestais?
4. Quais medidas estão sendo adotadas para ampliar a disseminação de alertas à população por meio de telefonia móvel, rádio, televisão e plataformas digitais?
5. Existe protocolo nacional atualizado para integração entre os alertas emitidos por órgãos federais e as ações de resposta dos estados e municípios? Em caso afirmativo, encaminhar cópia.



6. Quantos municípios brasileiros possuem mapeamento atualizado de áreas suscetíveis a inundações, alagamentos, enxurradas e movimentos de massa realizado ou validado por órgãos federais?
7. O Governo Federal possui algum cadastro de população que vive em áreas de risco ambiental severo?
8. Existe levantamento nacional identificando áreas que poderão sofrer agravamento dos riscos em razão dos efeitos previstos do El Niño? Em caso positivo, encaminhar relatório e critérios utilizados.
9. Quais estados e municípios foram classificados pelo Governo Federal como prioritários para ações preventivas relacionadas ao El Niño 2026/2027?
10. Quantos municípios brasileiros dispõem atualmente de planos de contingência homologados contendo rotas de fuga, pontos de encontro e procedimentos de evacuação para eventos climáticos extremos?
11. A União realizou ou coordenou exercícios simulados de evacuação em áreas de risco desde janeiro de 2025? Informar locais, participantes e resultados.
12. Existem diretrizes nacionais para sinalização de rotas de fuga em áreas sujeitas a enchentes, enxurradas e deslizamentos? Em caso positivo, encaminhar cópia.
13. Quais medidas estão sendo adotadas para garantir que populações vulneráveis, incluindo idosos, pessoas com deficiência, comunidades ribeirinhas e indígenas, sejam contempladas nos planos de evacuação?
14. Qual a capacidade atual de acolhimento emergencial disponível em estruturas financiadas ou apoiadas pela União para situações de desastres climáticos?
15. O Governo Federal possui plano nacional de instalação temporária de abrigos para eventual necessidade de deslocamento em massa de populações atingidas por enchentes ou desastres associados ao El Niño?
16. Existem estoques estratégicos nacionais de itens humanitários (água potável, alimentos, medicamentos, colchões, kits de higiene e geradores)? Informar localização, quantitativos e critérios de mobilização.
17. Quais investimentos foram realizados ou estão previstos para fortalecer a capacidade de resposta da Defesa Civil Nacional em cenários de eventos extremos simultâneos em diferentes regiões do País?
18. Quais programas federais específicos estão em execução para prevenção de desastres climáticos relacionados a enchentes, secas, queimadas e movimentos de massa?
19. Quais metas, indicadores e resultados concretos foram estabelecidos para a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil voltados à redução de riscos antes da ocorrência dos desastres?
20. O Governo Federal elaborou plano específico de preparação para os impactos esperados do El Niño 2026/2027? Em caso afirmativo, encaminhar cópia integral do documento.
21. Há previsão de repasses extraordinários aos estados e municípios para ações preventivas antes da ocorrência dos eventos climáticos extremos? Informar valores, critérios e cronograma.
22. Quais são os investimentos federais atualmente previstos para obras de drenagem urbana em capitais e regiões metropolitanas historicamente afetadas por enchentes e alagamentos?



23. Existe levantamento nacional identificando municípios com sistemas de drenagem insuficientes para suportar eventos extremos de precipitação? Em caso positivo, encaminhar cópia.
24. Quais projetos de macrodrenagem e controle de cheias receberam recursos federais desde 2023 e qual o estágio atual de execução de cada empreendimento?
25. O Governo Federal possui estratégia nacional para adaptação da infraestrutura urbana ao aumento da frequência e intensidade de eventos extremos de chuva?
26. Quais medidas estão sendo adotadas para estimular municípios a incorporarem soluções baseadas na natureza, reservatórios de amortecimento, parques inundáveis, recuperação de áreas úmidas e outras tecnologias de drenagem resiliente?
27. Considerando os impactos observados nas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024 e a previsão de aumento das chuvas na Região Sul durante episódios de El Niño, quais obras estruturantes receberam prioridade federal para reduzir riscos de novas catástrofes?
28. Como a Casa Civil está coordenando a atuação entre os Ministérios da Integração e Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente, Cidades, Defesa, Minas e Energia, Saúde e demais órgãos envolvidos na preparação para eventos climáticos extremos?
29. Quais critérios serão utilizados para avaliar a efetividade das ações preventivas adotadas pelo Governo Federal antes do período de maior intensidade previsto para o fenômeno?
30. Há algum treinamento da Defesa Civil Nacional, bem como ações coordenadas com outras instituições - incluindo Forças Armadas - com preparações específicas de eventos climáticos decorrentes do El Niño para atuação in loco em áreas atingidas para auxílio imediato da população? Em caso afirmativo, envie de forma específica o cronograma de atuação, contingenciamento de pessoas e planos de atuação.

JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento de Informação tem por objetivo obter esclarecimentos detalhados acerca das medidas adotadas pelo Governo Federal para prevenção, monitoramento, mitigação e resposta a eventos climáticos extremos, especialmente diante das projeções que indicam o retorno do fenômeno El Niño ao longo do segundo semestre de 2026.

Há elevada probabilidade de consolidação do fenômeno nos próximos meses, com potencial de atingir intensidade significativa e produzir impactos expressivos sobre diferentes regiões do território nacional. Historicamente, episódios de El Niño têm sido associados ao aumento da ocorrência de enchentes, enxurradas e deslizamentos na Região Sul, à redução dos índices pluviométricos no Norte e Nordeste, ao agravamento de secas prolongadas, à elevação das temperaturas médias e ao aumento do risco de incêndios florestais, especialmente na Amazônia e no Centro-Oeste.

Os eventos climáticos extremos registrados nos últimos anos demonstram que seus efeitos transcendem a esfera ambiental, afetando diretamente a infraestrutura urbana, a segurança hídrica, a geração de energia, a produção agropecuária, a mobilidade, a saúde pública e a própria segurança da população. As enchentes que atingiram o Rio Grande do



Sul em 2024 e as secas históricas observadas na Amazônia evidenciaram a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, coordenação federativa e resposta emergencial.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível conhecer o grau de preparação do Governo Federal para enfrentar os riscos associados ao fenômeno, incluindo a capacidade de monitoramento meteorológico, o mapeamento de áreas vulneráveis, a existência de planos de evacuação e rotas de fuga, a disponibilidade de estruturas de acolhimento emergencial, os investimentos em drenagem urbana e as políticas públicas voltadas à adaptação e à redução de riscos de desastres.

O acesso a essas informações permitirá ao Poder Legislativo exercer adequadamente sua função constitucional de fiscalização e acompanhamento das ações governamentais, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas de proteção e defesa civil e para a adoção de medidas preventivas capazes de preservar vidas, reduzir prejuízos econômicos e fortalecer a resiliência das comunidades brasileiras frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Diante do exposto, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer-se o encaminhamento das presentes informações à Casa Civil da Presidência da República.

Sala das Sessões, em de de 2026.

Lucas Redecker (PSD/RS)

